

Municipalização e gestão municipal da educação

Cleiton de Oliveira*

Lúcia Helena G. Teixeira**

Neste capítulo são analisadas as pesquisas sobre municipalização e gestão municipal da educação, desenvolvidas no período de 1991 a 1997. O trabalho se inicia com a apresentação de considerações referentes à revisão da literatura, da legislação e dos principais determinantes da política educacional brasileira concernentes ao assunto, no período que antecede o estudo. A seguir são apresentados e analisados os dados gerais das pesquisas, com o intuito de propiciar uma visão global delas. Nos dois tópicos seguintes são analisados dois grandes blocos, constituídos, de um lado, pelos estudos referentes à municipalização do ensino e, de outro, pelos relacionados à gestão municipal; cada um destes blocos, por sua vez, é subdividido em dois grupos, conforme os assuntos desenvolvidos. Por último, são apresentadas as considerações finais, ressaltando aspectos gerais que emergiram da análise e as tendências de pesquisas a esse respeito.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A revisão bibliográfica sobre a municipalização e gestão municipal da educação, tendo como matriz a questão da descentralização, mostra que, em determinados períodos, como nas décadas de 50, 80 e 90, o tema foi mais discutido que em outros.

Pode-se encontrar as causas destes fluxos e refluxos na produção de conhecimentos sobre a temática em razões históricas, econômicas, políticas e sociais, entre outras. A descentralização do ensino consagrada pelo Ato Adicional de 1834 e incorporada na administração pública, as pressões internacionais pela reorganização do Estado, o consenso utópico de que a descentralização é condição *sine qua non* para a democratização, as pressões das esferas municipais por maior participação – conjugadas com interesses das demais esferas de governo de se desobrigarem dos encargos educacionais – e, enfim, os movimentos da sociedade civil por maior acesso e permanência na escola explicam, com maior ou menor ênfase (conforme o período), o movimento analisado.

A descentralização do ensino pode ser estudada sob três aspectos: administrativo, econômico-financeiro e curricular-pedagógico (Hevia, 1991). No caso brasileiro, essa descentralização se inicia pelo âmbito administrativo, conforme o citado Ato Adicional; o financeiro vai se dar a partir da Constituição de 1934, embora os municípios, já na Primeira República, pressionassem por maiores recursos; e o curricular, a partir da Lei nº 4.024/61. Deve-se registrar, porém, que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, já se posicionava contra a centralização.

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e ex-coordenador dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A municipalização do ensino vem ocorrendo, em diferentes graus de amplitude, nas várias regiões brasileiras, pela constituição de redes/sistemas de ensino e/ou pela atribuição, aos municípios, de determinados programas comuns à rede pública, como, por exemplo, merenda escolar, construções e transporte.

Dentre os que estudaram a questão da municipalização do ensino destaca-se Anísio Teixeira (1957), advogando que ao município coubesse o oferecimento da 1ª à 4ª série, propondo um trabalho conjunto entre as esferas de governo e o financiamento com base no custo-aluno.

Estudos procuraram demonstrar que não havia condições de municipalizar integralmente o ensino, considerando que os municípios não dispunham de recursos humanos e financeiros para levar a cabo tal tarefa. Entre outros, destacam-se os de Mascaro (1958), Brasileiro (1973), Costa (1977), Soares (1988) e Baranda (1981).

Problemas decorrentes da municipalização do ensino foram apontados, entre outros, por Barreto e Arelaro (1986) e Félix (1990). Favoráveis à municipalização, desde que atendidas determinadas condições, manifestaram-se, igualmente, Souza (1979), Rocha (1984), Romão (1988), Soares (1988) e outros.

Procurou-se aqui, sem a pretensão de exaurir, destacar trabalhos que podem exemplificar as preocupações com o tema antes do período que abrange este estudo.¹

Do ponto de vista da legislação, a municipalização ganhou destaque com a promulgação da Lei nº 5.692/71. No parágrafo único do seu art. 58, essa Lei introduziu a idéia de transferência de responsabilidades educacionais para os municípios, fortalecida, no art. 71, pelo preceito que instituiu a possibilidade de delegação de competências, pelos Conselhos Estaduais de Educação, aos Conselhos organizados nos municípios com condições de assumi-las. Com tais preceitos, esse documento legal reforçou a perspectiva que vinha acompanhando a evolução de um movimento "lento mas constante de afirmação dos próprios municípios brasileiros" (Chagas, 1978, p. 275) no que se refere à definição das responsabilidades com o ensino no País.

Com o advento da Constituição de 1988, o município teve, na qualidade de ente federativo, o fortalecimento de seus poderes de decisão e de participação política. Na área da educação, a Carta Magna reconheceu, pela primeira vez, os sistemas municipais (art. 121), atribuindo competências específicas à instância municipal na manutenção do ensino (art. 30).

Mais recentemente, em 1996, foi aprovada uma legislação fortemente indutora à municipalização. Trata-se da Emenda Constitucional nº 14/96, direcionando os gastos com o ensino por intermédio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), sendo regulamentada pela Lei nº 9.424/96. Nesse mesmo período estava em tramitação a nova LDB, Lei nº 9.394/96, que veio disciplinar os gastos com o ensino (arts. 70 e 71) e que expressa os princípios orientadores da gestão do ensino municipal (arts. 11, 18 e 87).

UMA VISÃO GERAL DOS TRABALHOS ANALISADOS

Na tentativa de analisar o conjunto de 60 trabalhos referentes à municipalização e à gestão municipal de ensino, procurou-se, de início, localizar geograficamente as áreas estudadas. Os dados levantados evidenciaram que, desses, 8,33% são de caráter geral e contemplam aspectos da política de educação no País, enquanto outros 10% não apresentam informações que permitam a identificação do espaço geográfico a que se referem. Os trabalhos restantes cobrem as diferentes regiões: a Região Norte apresenta-se com apenas um trabalho (1,67%), a Região Nordeste, com cinco (8,33%), a Centro-Oeste, com 11 (18,33%), enquanto as Regiões Sul e Sudeste reúnem a maioria dos trabalhos, correspondendo a 53,34% dos estudos realizados – 16 trabalhos cada.

¹ Uma revisão bibliográfica mais pormenorizada desse período encontra-se em Oliveira (1992).

Os dados coletados revelaram uma séria limitação à pretensão de se realizar um maior aprofundamento na análise desses trabalhos, uma vez que apenas 6,45% deles explicitam o suporte teórico utilizado no desenvolvimento das pesquisas. A explicitação desse referencial foi identificada em estudos que avaliam a implantação de projetos específicos e diz respeito às características que lhes são inerentes.

Dos trabalhos analisados, observou-se que 33 (55,11%) não fazem quaisquer referências à metodologia ou aos procedimentos metodológicos empregados. Entre os que a explicitam, registrou-se que: 11 (18,37%) citam o emprego de entrevistas; oito (13,36%), a análise documental/legal; quatro (6,68%), a pesquisa de campo/observação; três (5,07%), o questionário; três (5,07%), a análise bibliográfica. Com apenas uma (1,67%) indicação foram encontradas a teoria de sistemas, a pesquisa-ação, a análise do discurso e informações vagas, tais como a análise de dados secundários, a análise de dados estatísticos e a análise quantitativa. Registrou-se ainda que alguns trabalhos indicaram o emprego de mais de um procedimento metodológico.

No que diz respeito aos resultados, constatou-se que 53,34% desses estudos fazem referência a algum tipo de conclusão. Entretanto, diante da variedade de abordagens utilizadas, o tratamento estatístico desses resultados mostrou-se inadequado ao propósito de indicar as conclusões mais frequentes a que chegaram.

Na análise dos 60 trabalhos pesquisados, pode-se perceber a existência de dois grandes blocos, que aparecem indicados no próprio título do capítulo: o primeiro refere-se à questão da política de municipalização do ensino e de sua implantação; o segundo, mais significativo em termos numéricos, focaliza especialmente a gestão do ensino. A Tabela 1 apresenta os dados apurados.

Tabela 1 – Os principais temas estudados

SUBCATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
Municipalização do Ensino	13	21,67
Gestão do Ensino Municipal	47	78,33
TOTAL	60	100

A partir da tabela, percebe-se que a discussão geral e teórica da problemática em questão, traduzida pelos estudos sobre a municipalização do ensino, foi objeto de 21,67% dos trabalhos examinados, enquanto 78,33% deles trataram da gestão municipal do ensino.

As pesquisas, considerando os dois grandes blocos citados, podem ser distribuídas pelo ano de realização, conforme os dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das pesquisas por ano de realização

SUBCATEGORIAS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Municipalização do Ensino	2	3	3	1	3	-	1
Gestão do Ensino Municipal	4	5	6	2	14	5	11
TOTAL	6	8	9	3	17	5	12

Evidencia-se nessa tabela que a maioria dos trabalhos do primeiro grupo foi realizada no período de 1991 a 1993, já os referentes ao segundo grupo aparecem em maior número no período de 1995 a 1997. Isso nos indica que as pesquisas sobre a municipalização do ensino concentraram-se no início da década, enquanto que a questão da gestão municipal tem recebido uma ênfase maior nos anos mais recentes. Além de outros possíveis fatores, isto se deve à tramitação/promulgação da legislação de 1996, claramente indutora à municipalização e disciplinadora dos gastos públicos com a educação.

OS ESTUDOS SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

Na análise dos trabalhos desse conjunto, percebeu-se que oito (61,54%) deles se caracterizam pela realização de uma abordagem geral do tema, enquanto os cinco (38,46%) restantes referem-se a trabalhos que realizam análises circunscritas à municipalização, restringindo-se ao universo específico de um Estado da Federação, embora um trabalho deste grupo refira-se a uma análise comparativa entre três Estados.

Das oito pesquisas que constituem o primeiro subgrupo, é interessante observar que três se mostram explicitamente favoráveis à municipalização do ensino e que uma quarta encontrou opiniões divergentes em seu universo de estudo; as demais não fazem referência à questão. É de se registrar ainda que, destes trabalhos, três fazem referências às condições que devem ser observadas no processo de municipalização, condições estas que dizem respeito à participação, à autogestão e à autonomia. Por outro lado, há cinco trabalhos que vêem a municipalização como decorrência de mudanças nos cenários nacional e internacional, desvelando razões econômicas, políticas e ideológicas que determinam tal processo.

No segundo subgrupo, constituído por cinco trabalhos, observou-se que há uma preocupação, em três deles, de verificar como está ocorrendo a municipalização em determinado(s) Estado(s) e, nos dois outros, de verificar se os princípios da democratização têm presidido ao processo.

Na tentativa de perceber a forma de tratamento conferida pelos estudos do grupo à municipalização, procurou-se identificar, a partir dos resumos consultados, as temáticas por eles adotadas. São aqui consideradas temáticas aqueles aspectos que aparecem de forma explícita e estão presentes em um ou mais dos trabalhos pesquisados - simbolizam preocupações que cercaram a definição dos objetivos das pesquisas, a realização das suas análises e as conclusões sobre as abordagens que vêm sendo conferidas ao assunto.² A Tabela 3 apresenta os dados obtidos.

Tabela 3 – Tratamento conferido ao tema da Municipalização

TEMÁTICAS IDENTIFICADAS	FREQÜÊNCIA	%
Democratização	6	46,15
Centralização x Descentralização	5	38,46
Dimensão Administrativa	5	38,46
Educação Básica	4	30,76
Dimensão Política	3	23,07
Qualidade de Ensino	2	15,38
Mudança	2	15,38
Educação Infantil	1	7,69
Dimensão Ideológica	1	7,69
Educação de Adultos	1	7,69
Mecanismo de Seleção de Projetos	1	7,69

² Uma vez que um trabalho pode indicar uma ou várias temáticas, os cálculos percentuais foram obtidos com base no total de pesquisas desse bloco.

Da análise desse conjunto de trabalhos deriva a constatação de que há o predomínio de uma perspectiva concreta, prática, na abordagem da municipalização, em relação a uma perspectiva teórica e conceitual. São indicadores dessa interpretação: a busca de democratização do ensino por intermédio da municipalização; a ênfase na dimensão administrativa sobre a dimensão política; a identificação das estratégias para a descentralização; e a referência específica aos graus e modalidades de ensino.

Merece destaque, nessa tabela, a ênfase no processo de democratização conferida pela presença dessa temática em 46,15% dos estudos, estando aí contempladas as dimensões da participação e autonomia. A idéia de participação aparece em 27,07 % dos trabalhos, e a de autonomia, em 7,64 % deles. A concepção da municipalização como Democratização do Ensino aponta, sem dúvida, uma perspectiva tratada, ao longo do tempo, como elemento capaz de justificar e sustentar essa proposta. O município tem sido tomado como instância de gestão mais democrática por favorecer maior participação, contemplar a descentralização de decisões e a desconcentração de serviços na comunidade. Essa linha tem sido, por vezes, incorporada com aparência de uma proposta consensual; entretanto, não significa, necessariamente, garantia de inclusão, de participação e de democratização das oportunidades de acesso e permanência na escola, uma vez que pode estar significando a transferência de responsabilidades com a manutenção e desenvolvimento do ensino para municípios que não possuem as condições materiais e humanas para garantir um ensino de qualidade para todos.

Em 38,46% dos trabalhos encontrou-se referência à temática da Centralização x Descentralização. Entendendo ser o município a unidade administrativa básica do ensino, a tese da municipalização desenvolveu-se aliada à idéia de descentralização, sendo incorporada às propostas de reformas administrativas no setor educacional. Diversas experiências de descentralização vêm sendo levadas a efeito desde a década de 80, oferecendo importante material para um estudo que merece ser aprofundado.

Também chama a atenção a freqüência com que o processo de municipalização do ensino foi tratado em sua Dimensão Administrativa, presente em 38,46% dos trabalhos. Sem dúvida, a municipalização requer dos municípios a criação e o aperfeiçoamento de um aparato administrativo adequado à gestão do ensino. A realização de estudos a respeito poderá fornecer subsídios significativos nessa área.

OS ESTUDOS DA GESTÃO MUNICIPAL

O segundo grande bloco de pesquisas, constituído por 47 trabalhos, pode igualmente ser subdividido em dois grupos: o primeiro deles, com 13 estudos (27,66%), aborda a gestão municipal de maneira geral; o segundo, com 34 (72,34%), enfatiza a avaliação de projetos ou programas. Neste caso, a perspectiva avaliativa é assumida sob diferentes formas, englobando a avaliação das propostas de gestão da educação municipal e de projetos implantados por essas administrações.

Sabe-se que a prática da avaliação visa assegurar o constante ajustamento entre planejamento e ação. Serve, por isso, de subsídio valioso para as decisões relativas à manutenção ou mudança de ações em desenvolvimento (Baptista, 1981, p. 62). Nesse sentido, a avaliação pode se constituir, no campo da educação, um importante instrumento para o processo de melhoria dos serviços na área da educação pública, envolvendo critérios relativos à eficiência, eficácia, efetividade e melhoria nos indicadores sociais. É neste sentido que os trabalhos nesta área devem ser objeto de consideração.

Entre estudos gerais encontram-se aqueles que adotam uma perspectiva histórica e os que tratam da questão específica da organização do aparato administrativo do ensino no município.

A análise do material pesquisado nos 47 trabalhos que compõem esse bloco permitiu identificar as preocupações que orientaram tais estudos. A Tabela 4 mostra, como no item anterior, as temáticas neles identificadas.

Tabela 4 – As abordagens da Gestão Municipal

TEMÁTICAS IDENTIFICADAS	FREQÜÊNCIA	%
Dimensão Administrativa	18	38,29
Dimensão Política	14	29,78
Dimensão Pedagógica	13	27,65
Qualidade de Ensino	13	27,65
Mudança	10	21,27
Democratização	10	21,27
Participação	9	19,14
Planejamento	5	10,63
Educação Popular e de Adultos	5	10,63
Formação de Educadores	4	8,51
Dimensão Quantitativa	4	8,51
Eleição de Dirigentes	4	8,51
Descentralização	3	6,38
Conselhos Escolares	2	4,25
Perfil de Dirigentes	2	4,25
Ensino Superior	2	4,25
Educação Infantil	2	4,25
Ensino Secundário	2	4,25
Integração com Outras Áreas	2	4,25
Inspeção e Supervisão Escolar	2	4,25
Educação Especial	1	2,12
Conselhos Municipais	1	2,12

Esta tabela evidencia dados que apontam como objetos de estudos mais frequentes a Dimensão Administrativa da gestão do ensino municipal e sua Dimensão Pedagógica; esta última, com menor incidência, é seguida, de perto, pela questão da Qualidade de Ensino.

Destacam-se ainda as temáticas da Mudança, da Dimensão Política e da Democratização. Com incidência menor registra-se a temática da Participação. Outros aspectos são contemplados com frequência inferior nesses estudos.

É significativo constatar que as dimensões administrativa (38,29%) e pedagógica (27,65%) ganham preponderância sobre a dimensão política, no cômputo geral dos estudos relativos à gestão do ensino municipal. Diante desse encaminhamento, poder-se-ia levantar a hipótese da primazia, nesses trabalhos, dos aspectos técnicos da gestão do ensino sobre as questões políticas nela envolvidas. Entretanto, os dados levantados não permitem chegar-se a qualquer conclusão a respeito, embora seja possível perceber a coerência desse direcionamento com a lógica que tem prevalecido na condução da política educacional brasileira nesses últimos anos, em conexão com o contexto da economia globalizada que caracteriza este final de milênio. Nesse contexto, as reflexões sobre esta questão se revestem de importância fundamental.

A abordagem da qualidade de ensino, presente em 27,65% dos estudos examinados, mostra certa relação com a ênfase na dimensão pedagógica. A isso pode-se aliar ainda a existência de 21,27% de estudos interessados na discussão da mudança ou inovação na gestão do ensino municipal. Diante do descalabro em que se encontra a educação no País, o discurso da qualidade ganha enorme força mobilizadora (Assmann, 1993, p. 478), e projetos de mudanças são priorizados. No entanto, não se dispõe de informações que permitam identificar a ótica adotada no trato dessa questão. Conquanto seja um aspecto recorrente nas discussões no campo educacional nos dias atuais, a idéia da qualidade não é neutra. Pode inscrever-se numa concepção de economia de mercado praticamente irrestrito que submete a educação a critérios mercadológicos, reduzindo-a a resultados do rendimento escolar, ou, ao contrário, voltar-se para a criação das condições capazes de garantir a todos uma efetiva aprendizagem.

Conforme evidenciado na Tabela 4, a questão da democratização do ensino é focalizada em 21,27% dos estudos sob a forma indeterminada de Democratização, enquanto em outros 19,14% dos casos aparece sob a denominação específica de Participação, que diz respeito ao envolvimento da comunidade escolar nas decisões, no planejamento, na execução e na avaliação de propostas em desenvolvimento.

Esses dados evidenciam que a natureza, o alcance e os caminhos da democratização continuam sendo objeto de discussões freqüentes no campo educacional. Adotando variados enfoques, tais estudos contemplam diferentes dimensões desse processo, que vão do acesso à escola (representado pela questão do atendimento à demanda) à garantia de permanência na escola (que concerne à questão da qualidade do ensino oferecido). Atingindo os âmbitos administrativo e pedagógico da gestão do ensino e sua relação com a comunidade, eles traduzem a abrangência dos aspectos que, segundo Rodrigues (1984, p. 45), estão circunscritos à idéia de democratização da escola.

O paradigma da participação, da forma como está presente em tais estudos, não fornece elementos suficientes para que se possa precisar a abordagem conferida ao tema nem os graus assumidos por essa participação.

A gestão participativa contempla, sem dúvida, aspectos importantes, uma vez que a escola, sendo um dos locais de formação da consciência e do homem democrático, deve organizar-se democraticamente, não podendo descartar a participação da sua comunidade, quer interna ou externa. Entretanto, dada a natureza específica da gestão do ensino, há que se estabelecer os limites e objetivos dessa participação, no sentido de evitar que sejam retiradas da escola as competências pedagógicas que lhe são próprias (Rodrigues, 1992, p. 62). Estudos e análises que contemplam essa questão aprofundam as reflexões sobre a teoria e a prática da participação na gestão do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizeram parte deste estudo as pesquisas relacionadas especificamente com a municipalização e a gestão municipal do ensino. Pesquisas concernentes às relações entre Estados e municípios são analisadas no Capítulo 9, referente à gestão em nível de sistema, e as que tratam das questões financeiras estão incluídas no Capítulo 5, que aborda especificamente o financiamento da educação.

Os trabalhos analisados foram agrupados em dois blocos, conforme a denominação do capítulo. É de se destacar que, em todo o período estudado, de 1991 a 1997, as pesquisas pertencentes ao bloco da gestão municipal preponderaram em relação às que se referiam à municipalização do ensino. Entre as pesquisas daquele bloco, preponderaram os estudos avaliativos de projetos/programas – enfim, de gestões municipais determinadas.

Temas como *Descentralização, Autonomia, Participação e Democratização* estiveram presentes nos dois blocos analisados.

Se em décadas anteriores as pesquisas se detinham mais nos levantamentos das vantagens/desvantagens, nas possibilidades/impossibilidades da municipalização do ensino, no período em tela prevaleceram os estudos que partem para a análise de gestões já municipalizadas.

Esta diferenciação pode ser explicada pelos rumos tomados pela política educacional brasileira pós-1988, cujos determinantes foram apontados no início deste capítulo, em especial com a nova legislação de 1996, esta claramente indutora à municipalização do ensino. Com a mudança no perfil de atendimento das esferas de governo, é de se prever que as pesquisas referentes à educação municipal, em seus diferentes aspectos, tendam a crescer nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Hugo. Pedagogia da qualidade em debate. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 46, p. 476-502, dez. 1993.

BAPTISTA, Myriam Veras. *Planejamento* : introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo : Moraes, 1981.

BARANDA, Mariuza da S. *Retrato do município em uma perspectiva de municipalização do ensino* : um estudo de caso, o Município de Niterói. Niterói, 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

BARRETO, Elba S. de Sá; ARELARO, Lisete R. G. A municipalização do ensino de 1º grau : tese controvertida. *Em Aberto*, Brasília, v. 5, n. 29, p. 1-13, jan./mar. 1986.

BRASILEIRO, Ana Maria. *O município como sistema político*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1973.

CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira* : o ensino de 1º e 2º graus, antes, agora, e depois? São Paulo : Saraiva, 1978.

COSTA, Heloisa P. O. da. *Municipalização do ensino de 1º grau* : uma estratégia de descentralização. Niterói, 1977. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

FÉLIX, Maria de Fátima C. Municipalização do ensino de 1º grau : uma proposta de democratização ou sonegação da educação destinada às classes populares? *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 35, abr. 1990.

HEVIA, Ricardo Rivas. *La política de descentralización de los sistemas de educación básica y média en América Latina* : estado del arte. Santiago : PIIE/Unesco, 1991.

MASCARO, Carlos C. Município e ensino no Estado de São Paulo. *Boletim [da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP]*, São Paulo, n. 242, 1958.

OLIVEIRA, Cleiton de. *Estado, município e educação* : análise da descentralização do ensino no Estado de São Paulo (1983-1990). Campinas, 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ROCHA, Anna B. S. *Currículos e programas municipalizados?* [S. l.], 1984. (Mimeogr.).

RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1984.

_____. Políticas educacionais, projetos pedagógicos para a modernidade e a questão da autonomia. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 15, p. 62-64, jun. 1992.

ROMÃO, José E. Municipalização do ensino : sim. *Educação Municipal*, São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 1988.

SOARES, E. A. L. Municipalização : avanço do desafio. *Educação Municipal*, São Paulo, v. 1, n. 3, dez. 1988.

SOUZA, Paulo Nathanael P. de. *O município e o ensino no Brasil*. São Paulo : Pioneira, 1979.

TEIXEIRA, Anísio S. A municipalização do ensino primário. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, n. 74, jun. 1957.